



**FACULDADE DO MACIÇO DE BATURITÉ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DEFESA DE DIREITOS.**

FLAUDIANA TEODOSIO DA SILVA LUCENA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA A
PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE**

Baturité-CE

2021

FLAUDIANA TEODOSIO DA SILVA LUCENA

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA A
PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de pós-graduação em gestão social, políticas públicas e defesa pública da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de especialista em gestão social, políticas públicas e defesa de direitos.

Orientador (a): Prof. Ms. Joviano de Sousa
Silva

BATURITÉ
2021

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO
SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA A
PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE**

FLAUDIANA TEODOSIO DA SILVA LUCENA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de pós-graduação em gestão social, políticas públicas e defesa de direitos da Faculdade do Maciço de Baturité - FMB como requisito parcial a obtenção do título de especialista em gestão social, políticas públicas e defesa de direitos.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Joviano de Sousa Silva

Prof. Mestre Joviano de Sousa Silva.
Faculdade do Maciço de Baturité- FMB

16/01/2021

Teodosio da Silva Lucena, Flaudiana

Desafios e Possibilidades da Atuação do Assistente Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para a Pessoa Idosa no Município de Baturité - Ce / Flaudiana Teodosio da Silva Lucena . – : Faculdade do Maciço de Baturité - FMB, 2020.

20f.

TCC (Serviço Social) – Faculdade do Maciço de Baturité - FMB: Baturité, 2021.

Orientador(a): Me. Joviano de Sousa Silva

1 Envelhecimento. 2 Serviço Social. 3 Idoso e Assistente Social.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA A PESSOA IDOSA NO MUNICÍPIO DE BATURITÉ-CE

FLAUDIANA TEODOSIO DA SILVA LUCENA¹
JOVIANO DE SOUSA SILVA²

RESUMO

Nos últimos anos a população idosa vem crescendo de forma considerável, tornando-se um fenômeno de nível mundial. A redução das taxas de mortalidade e a queda das taxas de fecundidade deve ser um dos motivos para isto está acontecendo. Desta forma, as pessoas estão passando a viver mais por conta das melhorias no saneamento básico e nos tratamentos de saúde disponíveis hoje em dia. Diante do exposto, o presente artigo tem por finalidade compreender os desafios e possibilidades da atuação do assistente social no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para a pessoa idosa no município de Baturité-ce. Utilizando-se da abordagem qualitativa com um estudo de campo para buscar as respostas satisfatórias para a questão que indagou tal pesquisa. Obteve como resultado a compreensão do quão é importante a participação ativa dos Assistentes Sociais no que se refere contribui de forma efetiva na vida da população brasileira, levanto informações, ajuda quando necessário e ser veiculo de garantia dos direitos adquiridos pela sociedade, principalmente ao publico alvo deste trabalho, grupo de idosos da cidade de Baturité-Ce.

Palavras Chaves: Envelhecimento; Serviço Social; Idoso e Assistência Social

¹ Assistente Social pela Faculdade Ratio-Fortaleza-CE
e-mail:flaudiana.lucena@gmail.com

² Orientador. Professor da Faculdade do Maciço de Baturité- FMB.Mestre em Humanidades e Especialista em Ciências Política.
e-mail: jovianodesousa@gmail.com

ABSTRACT

In recent years, the elderly population has grown considerably, becoming a worldwide phenomenon. The reduction in mortality rates and the fall in fertility rates must be one of the reasons for this happening. In this way, people are starting to live longer because of improvements in basic sanitation and health treatments available today. In view of the above, this article aims to understand the challenges and possibilities of the work of the social worker in the service of coexistence and strengthening bonds for the elderly in the municipality of Baturité-ce. Using the qualitative approach with a field study to seek satisfactory answers to the question that asked for such research. The result was an understanding of how important the active participation of Social Workers in terms of effectively contributes to the life of the Brazilian population, raising information, helping when necessary and being a vehicle to guarantee the rights acquired by society, especially to the target audience of this work, a group of elderly people from the city of Baturité-Ce.

Key words: Aging; Social service; Elderly and Social Assistance

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
3 METODOLOGIA.....	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERENCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a população idosa vem crescendo de forma considerável, tornando-se um fenômeno de nível mundial. A redução das taxas de mortalidade e a queda das taxas de fecundidade deve ser um dos motivos para isto está acontecendo. Desta forma, as pessoas estão passando a viver mais por conta das melhorias no saneamento básico e nos tratamentos de saúde disponíveis hoje em dia.

Sabe-se, que por volta da década de 80, do século passado, o Serviço Social no Brasil atravessou um processo de renovação e rompeu com o conservadorismo de base positivista funcionalista e se apropriou da vertente marxiana. Sendo assim, é pela teoria social de Marx que se pode decifrar e conduzir criticamente a ação profissional. “Com isso, as contradições vão se desconstruindo e o Serviço Social se desvincula do assistencialismo e a assistência se transforma numa política pública que preza por direitos sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 230).

Convém lembrar que, no Brasil, é somente a partir da Constituição de 1988 que assistência social passa a ser reconhecida como direito social. Assim, na citada Constituição foi instituída o tripé da seguridade social: Saúde, Previdência e Assistência Social dando o status legal ao reconhecimento dela como política pública.

A partir daí, a assistência social adquire avanços, como por exemplo: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Política de Assistência Social (PNAS) de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, que especifica dois níveis de proteções: a Proteção Social Básica (PSB), que inclui o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a Proteção Social Especial (PSE), esta por sua vez, dividida em média e alta complexidade. (BRASIL, 2004). Porém, é com o advento da Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS que são criadas as condições administrativas e operacionais à sua efetividade, enquanto política pública de caráter estatal, não contributiva e universalista que visa ampliar os direitos sociais como proteção e amparo às famílias, pessoas com deficiência e idosos (BRASIL, 2005).

Todavia, perceber o contexto da atuação profissional do assistente social no que diz respeito ao SCFV voltado à pessoa idosa faz-se necessário, para

compreender que, o envelhecimento é um processo natural característico da vida do ser humano e acontece por meio de mudanças, sobretudo, as físicas, além das psicológicas e sociais que ocorrem de maneira distinta em cada pessoa. (SANTOS, 2004).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, atualmente no Brasil a população com 60 anos ou mais corresponde a 8,6% de milhões da população total, ou seja, aproximadamente 26 milhões (BRASIL, 2000).

De acordo com o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, é considerado idoso pessoa a partir de 60 anos (BRASIL, 2003). Para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) pessoa idosa é definida com base na idade cronológica, ou seja, pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais, em países desenvolvidos. Por essa razão, hoje no Brasil existe legislação específica e políticas sociais de proteção e garantia de direitos da pessoa idosa (SCHNEIDER, 2008).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) previram em 2013 um reordenamento do SCFV que, em linhas gerais, obteve uma unificação do cofinanciamento federal através de um único Piso Básico Variável com estabelecimento de meta de atendimento do público prioritário, respeitando os limites de cada faixa etária (BRASIL, 2016).

Há de se considerar ainda que, quanto mais idade, as condições sociais, econômicas, intelectuais e funcionais tendem a levar a pessoa idosa à situações de desvantagens. Por isso, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, assim como as normatizações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Assistência Social contempla as ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF) e SCFV que materializam programas, projetos, benefícios socioassistenciais e ações da proteção social básica da política de Assistência Social, a qual vem sendo legitimada desde a aprovação da PNAS de 2004 e a Norma Operacional Básica de 2005 (BRASIL, 2016).

Importante considerar o que diz Iamamoto (1998, apud VASCONCELOS, 2009, p. 458) sobre o Serviço Social:

Colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas micros ações cotidianas que compõem o seu trabalho.

Como bem nos ensina a autora, é preciso se apropriar do que diz a normativas vigentes: Constituição Federal e suas leis complementares, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), 6 Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), Lei Orgânica Municipal etc. Só assim, será possível transformá-los em instrumentos de defesa e objeto de reivindicação e luta para que garantam, no sentido de preservar os direitos dos usuários, não o mínimo, mas o necessário como direito e não como um favor. (IAMAMOTO, 2008)

Frente a tantos desafios impostos, na atual conjuntura, devido o aumento das expressões da questão social, o assistente social lança mão de estratégias para desenvolver o SCFV para pessoa idosa através de ações, atividades e inclusão, pautadas em alguns critérios, tais como: idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) previsto na Lei nº 8.742/93 - LOAS, alterada pela Lei 12.435/2011, idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda (PBF) e idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário, conforme a Resolução CNAS nº. 109/2009. (BRASIL, 2009).

Sobre a atuação profissional vejamos o que diz lamamoto (2008, p.94)

A atuação do assistente social não se realiza de forma isolada, mas devem-se levar em conta os seus condicionantes internos: competência (saber acionar estratégias e técnicas, capacidade de leitura da realidade conjuntural, habilidade no trato das relações humanas, convivência numa equipe interprofissional) e “condicionantes externos” (relações de poder institucional, recursos colocados à disposição para o trabalho, políticas sociais específicas e realidade social da população usuária).

Nessa perspectiva, na atuação do assistente social percebe-se uma satisfação desse profissional no desenvolvimento da autonomia e empoderamento das pessoas idosas e outras, tendo como resultado uma melhor qualidade de vida daqueles que estão expostos à situação de vulnerabilidade, nesse estudo, mais especificamente, os idosos do município de Baturité.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste sentido, tomar-se á como embasamento as contribuições de Marilda Vilela lamamoto, e José Paulo Netto, tendo em Marx uma perspectiva fundante na atuação profissional do assistente social. Importante explicitar que serão priorizados estes dois autores, na medida em que são a nossa principal referência teórica. Dentre os autores de Serviço Social, ambos, desde o início de suas produções, tomam a teoria marxiana como referência.

Segundo Faermann (2016, p. 36), “a teoria social é concebida como um conjunto de conhecimentos e procedimentos que possibilitam produzir, em tempo real, o produto ou o resultado esperado”. Neste sentido, faz-se necessário que profissionais sejam providos de capacidade teórica e técnica para consolidar os princípios os valores e as ações do Serviço Social.

Referido autor em sua obra, esclarece que no marxismo, há uma superação da concepção positivista. Em Marx, a teoria social abrange uma compreensão de concepção de homem e de mundo, além de uma explicação geral sobre a sociedade capitalista burguesa e seu sistema, bem como suas leis e relações de funcionamento.

No que concerne à categoria trabalho do assistente social, lamamoto (2008) considera que este profissional desenvolve uma ação de cunho sócio-educativa na prestação de serviços sociais viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses das pessoas adquiram visibilidade na cena pública e possam de fato ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Segundo lamamoto (2008, p. 93), “a tradição profissional reconhece o fazer profissional como prática, na medida em que passou por um processo de renovação do Serviço Social e atribuiu – lhe um estatuto teórico vinculado à categoria inclusiva de práxis social”. Isso contribuiu muito para romper com a visão focalista da prática profissional.

Dessa forma, a institucionalização do Serviço Social como prática especializada dentro do contexto de divisão social do trabalho é vinculada principalmente a partir do crescimento das grandes instituições responsáveis pela prestação de serviços sociais e assistenciais, sendo estas de responsabilidade do

Estado e este o principal viabilizador dos trabalhos destes profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO; 2005).

Para ambos, o trabalho do assistente social é vinculado diretamente na relação de compra e venda de sua força de trabalho, ou seja, sua força de trabalho se torna uma mercadoria e esta é mercantilizada a partir da prestação de serviços em troca do salário que lhe é designado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Iamamoto (2008) ainda considera que o dinheiro que o profissional recebe expressa a equivalência do valor de sua força de trabalho com todas as outras mercadorias necessárias à sua sobrevivência material e requer, portanto, formação universitária. Dessa forma, para o exercício profissional o assistente social necessita de instrumentos ou meios para que este se materialize e nem tampouco seus instrumentos não se resumem somente a técnicas como: entrevistas, encaminhamentos e sim a eixos orientadores que iluminarão e direcionarão suas ações e intervenção profissional (IAMAMOTO, 2008).

Neste sentido, a autora considera “[...] a prática de trabalho do assistente social não deve ser considerada isoladamente, pois é uma atividade socialmente determinada, que por se constituir política social específica, é vista na relação com o usuário, os empregadores e demais profissionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 94).

Vale lembrar que, segundo Iamamoto (2008), antes da Constituição Federal de 1988 a assistência social ainda não era reconhecida como direito, as ações que eram desenvolvidas para a população eram seletivas e assistencialistas, as pessoas que dela necessitavam até então eram percebidas como indigentes, miseráveis e desvalidas.

De acordo com Pereira (1996, p. 99-100), é a partir do reconhecimento da assistência social como política pública que ela deixa de ser um mero favor “[...] para transformar-se em direito ativo ou positivo, da mesma forma que os demandantes dessa assistência deixaram de ser meros clientes de uma atenção assistencial espontânea – pública e privada”.

A mesma autora salienta que a CF de 1988, vai além de sua mera escrita, ou seja, isso requer uma série de comprometimentos e deveres do Estado em assegurar a qualidade e efetivação dos direitos sociais reconhecidos por lei

mediante políticas públicas que atendam às necessidades e o bem-estar dos indivíduos (PEREIRA, 1996).

Com a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 7 de dezembro de 1993 sob nº 8.742 a assistência social passa a ser reconhecida conforme artigo 1º “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para, garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, p. 1).

Para alguns autores como Ferreira (2015), Santos (2008), os debates que se estabelecem em torno do processo de envelhecimento centram-se na ideia de que a velhice nem sempre é uma experiência gratificante, por que alguns idosos sofrem com a questão de saúde, abandono familiar e outros.

Rosenberg (1992, apud SANTOS & VAZ, 2008, p. 334) define a terceira fase da vida como “época em que as tarefas básicas em relação ao desempenho profissional e à família já foram pelo menos em parte cumpridas e o indivíduo poderia sentir-se mais livre para realizar seus desejos”.

Para os gerontólogos, “essa fase da vida é dividida em três etapas: os jovens-velhos, os meio-velhos e os muito-velhos, levando em conta as diferenciações de cada etapa de vida” (SANTOS & VAZ, 2008, p. 334). Santos e Vaz (2008) ao mencionar Ávila no que tange aos critérios que definem o início da velhice, dizem que:

O velho sadio não é psicológica nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade dos anos vividos. Nem é o estado das artérias, como dizia Metchinikof. Nem é anormalidade endócrina, como queria Pende. O que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, o desamor ao trabalho. (ÁVILA, 1978, p.27).

Weyne (1983, apud SANTOS & VAZ, 2008 p. 334) defende a idéia de que “as vantagens oferecidas pelo somatório de experiências do indivíduo de terceira idade superam os problemas de declínio orgânico, pois permitem uma visão mais aberta e descomprometida dos fatos”. A pessoa idosa pode, através de suas experiências de vida, contribuir para o aprendizado na vida de muitas outras pessoas que os circundam.

Beauvoir (1990, apud SANTOS & VAZ, 2008, p. 335) afirmam que “para se defender de uma inércia em todos os sentidos nefasta, é necessário que

o velho conserve atividades; seja qual for a natureza dessas atividades, elas trazem uma melhoria ao conjunto de suas funções”. Esses autores reforçam a importância que deve ser dada às atividades que envolvam a pessoa idosa, principalmente aquelas que são oferecidas pelos SCFV para contribuir no processo de envelhecimento saudável e convívio social.

Santos e Vaz (2008) ressaltam que a velhice é marcada por vários estereótipos como: a passividade, a improdutividade, a assexualidade, a degeneração orgânica e psíquica, além da desvinculação com o futuro. Esses autores enfatizam a ideia de que pelo fato da pessoa ter se aposentado, a perda do convívio social no labor, tende a levar a pessoa ao tédio. Com base nisso, percebe-se que é importante compensar a inatividade de alguma forma, no sentido de melhorar a qualidade de vida.

Nesta perspectiva, Novaes (1995, apud SANTOS & VAZ, 2008) pondera que a imagem da pessoa idosa na sociedade brasileira vem sendo alterada, principalmente no que tange à conscientização de seus direitos e ocupação dos espaços sociais na esfera pública.

No que refere à categoria socialização, “tendo como exemplo, os países da Europa (Inglaterra, Suécia, Estados Unidos e França), pesquisas mostraram que o agrupamento de 14 pessoas de terceira idade contribuiu para evitar a solidão e a depressão” (SANTOS & VAZ, 2008, p. 339). Nos grupos de convivência dos SCFV, a pessoa idosa consegue sentir-se mais satisfeita por estar envolvida com indivíduos com a mesma faixa etária participando de forma autônoma, com os seus iguais.

A autora verificou através dos resultados de sua pesquisa, que os aspectos relacionados à prática de exercícios físicos, como caminhada e hidroginástica, podem melhorar, a qualidade de vida das pessoas, já que o autocuidado, por meio da prática de atividade física e da melhoria da alimentação, ajudam a diminuir os riscos de complicações de doenças preestabelecidas.

Desta forma, existem no Brasil alguns serviços ofertados na Proteção Social Básica: “Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas” (BRASIL, 2016, p. 2).

Considera-se que tais serviços são de singular importância no sentido de potencializar e materializar as ações da proteção social básica da Política de

Assistência Social. O SCFV para idosos visa principalmente à prática de atividades que venham contribuir para um envelhecimento saudável, nesse sentido, as atividades podem incluir experiências artísticas ou culturais entre outras, além da prevenção de risco social e proteção social, valorizando o fortalecimento dos vínculos familiares.

3. METODOLOGIA

No contexto atual das políticas públicas em curso, especialmente da assistência social, do SUAS, o profissional de Serviço Social tem sido convocado para pesquisar e conhecer a realidade, porque nela incide a sua ação transformadora frente às múltiplas expressões da questão social.

O presente artigo objetiva-se em problematizar essas questões diante do contexto social no qual o profissional está inserido, seus desafios e possibilidades da sua atuação no SCFV para pessoa idosa, no CRAS do município de Baturité.

Para a realização deste trabalho foi adotado o tipo de pesquisa descritiva que “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.42).

Onde foi utilizada uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, que possibilitará a busca por explicação e compreensão do fenômeno em estudo, permitindo um conhecimento mais amplo do objeto a partir de maneiras distintas de coletar e analisar os dados (GOLDENBERG, 2002). Ainda de acordo com a autora (2000, p. 34) "Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa".

Já a pesquisa de campo por sua vez, “[...] caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)”. (FONSECA, 2002). Pode ser classificada também como uma pesquisa documental, visto que se utilizou de alguns documentos institucionais como: fichas de inscrição,

diagnósticos sociais e informações contidas no Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO).

A pesquisa ocorreu nos espaços onde acontece o SCFV para pessoa idosa referenciado pelo CRAS, da localidade de Mondego, em Baturité, sendo esta uma instituição de caráter público da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Segundo o Caderno de Orientações Técnicas (BRASIL, 2016, p. 7)

O CRAS é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de 16 abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS.

Importante ressaltar que o SCFV para a pessoa idosa em Baturité, ocorre semanalmente nas dependências da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS) do município, por dispor de espaço físico adequado para receber uma grande quantidade de usuários que participam ativamente do grupo do SCFV.

Há de lembrar que como o foco é a prática coletiva dos assistentes sociais, a análise foi realizada verticalmente, ou seja, considerando o trabalho/atuação profissional realizado por uma assistente social representando o seu conjunto e não horizontalmente, considerando a composição mínima de profissionais no CRAS.

No decorrer da pesquisa houve uma observação, sobre os dois equipamentos, para se constatar como acontecem as atividades e como essas são conduzidas pelos profissionais do serviço social e a percepção pelos idosos em acompanhamento.

A pesquisa contou com uma amostra de 10 (dez) idosa do total de inscritos, do perfil de grupo prioritário, conforme as normas do SCFV, ou seja: idosos com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial aqueles beneficiários do BPC e idosos com famílias beneficiárias de programas de transferência de renda (BPF) e vivência de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio

familiar e comunitário. Esse perfil é na localidade o que se apresenta com maior vulnerabilidade social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante de tudo que foi apresentado neste artigo, podemos aqui inferir como resultados obtidos, por meio de todo o levantamento bibliográfico e por meio da pesquisa de campo que a atuação presente do assistente Social pode e deve contribuir de forma significativa na melhoria de vida dos cidadãos, principalmente para o público idoso que foi o objeto de pesquisa deste trabalho. Pois podemos ver na prática como o básico funciona, trazer laser, informação para esse público que por vezes são esquecidos, é uma função importante para o assistente social, visto que ao longo dos anos, essa categoria vem buscando o seu reconhecimento.

A assistência social conseguiu grandes avanços ao longo dos anos, como por exemplo: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Política de Assistência Social (PNAS) de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, que especifica dois níveis de proteções: a Proteção Social Básica (PSB), que inclui o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a Proteção Social Especial (PSE), esta por sua vez, dividida em média e alta complexidade. (BRASIL, 2004). Porém, é com o advento da Norma Operacional Básica (NOB) do SUAS que são criadas as condições administrativas e operacionais à sua efetividade, enquanto política pública de caráter estatal, não contributiva e universalista que visa ampliar

E por fim, podemos ressaltar aqui, a importância do trabalho realizado na cidade de Baturité, que trás ao seu público idoso uma maneira de diversão, de informação e de laser. Garantindo a essas pessoas o direito que a elas foi concedido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do trabalho desenvolvido, observou-se que as Assistentes Sociais do município trabalhavam com a intersetorialidade. Elas atuavam em conjunto com outras esferas do governo municipal, como a Secretaria de Saúde, Educação, Cultura e Turismo. Desta forma, corroboram com o que consta na Tipificação. Contudo, observou-se que ainda faltam mais políticas e redes de atendimentos voltados para o público idoso no município, principalmente na área da saúde que é inexistente no referido município.

No entanto, pode perceber que mesmo com as dificuldades, e os desafios enfrentados por essas profissionais, e mesmo diante da precarização do trabalho, percebe-se que as sujeitas deste estudo são bastante motivadas para fazer as coisas acontecerem, e principalmente comprometidas com a profissão que escolheram, trabalhando desta forma, de acordo com os princípios éticos da profissão.

Considero, em particular, o trabalho desenvolvido pelos profissionais do SCFV, em especial dos assistentes sociais, muito importantes, pois eles são essenciais na mudança da qualidade de vida das pessoas que buscam os serviços, além da importância no planejamento, inserção e reordenamento das atividades e ações intersetoriais, parcerias e rede de apoio, com o intuito de proporcionar aos idosos, melhoria na qualidade de vida, com elevação da autoestima, favorecendo troca de experiências e fortalecendo os vínculos, na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas por meio de oficinas, jogos, palestras educativas, passeios, comemoração de datas e forró que acontece semanalmente.

REFERENCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução nº 109, de 11/11/ 2009). Brasília, MDS: 2009.

_____. **Estatuto da Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Senado Federal, 2003.

_____. **IBGE. Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 Jul de 2018.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**: Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Senado Federal, 1993

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Orientações**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf >. Acesso em: 11 jul.2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social / PNAS**. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Norma Operacional Básica de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social, MD: Brasília, 2005.

_____. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília-DF, 2005

FAERMANN, L. A. Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 18, n.2, p.34 - 51, jan./jun. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997 / 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, M.R.S.S.B.et al. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração.** Acta Paul Enferm.; v.18, n.4, 2005. Disponível em: <https://gerontounivali.wordpress.com/conceito-de-idoso/Acesso> . Acesso em: 21 jun. 2018.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução.** São Paulo: Cortez, 2007.

MORAIS, M.M.W. et al. Inclusão Social e a Política Pública de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, SCFV. **Congresso Internacional de Educação e Inclusão.**(2014).Disponível.http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_06_11_2014_1. Acesso em: 17 jul.2018

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

SANTOS, GA., e VAZ, C. E. Grupos da terceira idade, interação e participação social. In ZANELLA, AV., et al., org. **Psicologia e práticas sociais** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 333-346. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: Acesso em: 17 ago. 2018

SANTOS, S.S.C. Gerontologia á Luz da Complexidade de Edgar Morin. **Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental**, v. Especial, out, 2004. p.22-35. Disponível em: < http://www.remea.furg.br/edicoes/vol_e_1/rt02.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SCHNEIDER, R.H, IRIGARAY, T.Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia.** Campinas, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>.Acesso em: 2 ago. 2018

VASCONCELOS, A. M. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WICHMANN, F. M. et al.. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v16n4/1809-9823-rbgg-16-04-00821.pdf> Acesso em: 17 ago. 2018.